

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EJA

ENTREVISTA

GOIÂNIA 2013

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EJA

ENTREVISTA

ENTREVISTADOS :

Profa.: Lydia Poleck

Profa.: Ana Pinto de Faria e Silva

Profa.: Hélia Pereira de Freitas

Profa.: Oscar de Almeida Bonifácio

GOIÂNIA 2013

OBSERVAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**PERÍODOS: 1999 A 2003
2003 A 2007**

Apresentação

Este documento tem como objetivo atender à solicitação de informações sobre ações e atividades da Educação de Jovens e Adultos na Superintendência de Educação a Distância SU-ED da Secretaria de Educação de Goiás, referentes ao período de 1999 a 2007 encaminhada pela Prof^a Helimar para compor a memória sobre EJA em Goiás, que está sendo organizada na Secretaria de Educação / Universidade Federal de Goiás.

As observações a serem apresentadas focalizam as atribuições da Superintendência para o desenvolvimento dos programas e projetos da EJA envolvendo capacitação, acompanhamento e autorização de novos cursos, realização dos exames supletivos e profissionalizantes e certificação de estudos.

Essas observações procuram relatar, em linhas gerais, as questões que pareceram ser mais relevantes e constituintes da política educacional da época evidenciando a complexidade das funções e os esforços em cumprir com rigor as exigências de um setor muitas vezes desprestigiado e pouco respeitado, já pela ocorrência e tentativa de fraudes, seja por preconceito arraigado contra essa modalidade de ensino.

Faz-se necessário esclarecer que tanto as atividades de EJA, quanto as de tecnologias correspondem à atribuição da SUED de desenvolver projetos de formação continuada. Portanto, para contextualizar e situar a EJA no período indicado, não se pode deixar de associá-lo às ações da SUED à qual estava vinculado tendo-se integrado aos demais projetos na busca de coerência pedagógica e administrativa.

EJA na SUED

A Superintendência de Educação a Distância/ em janeiro d 1999, ao iniciar suas atividades no Governo de Marconi Perillo, era formada pela Coordenação Técnico Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos - EJA e tinha como coordenadora, a Pro^a. Hélia Pereira. O Setor

das Tecnologias sob a responsabilidade da Profa Lourença Ferreira desenvolvia o Programa de Capacitação de Professores — Salto para o Futuro - promovido pelo Ministério da Educação e organizado em parceria com a Secretaria de Educação de Goiás.

Uma das primeiras medidas organizacionais foi dar identidade à então SEADDEC trazendo para a Superintendência a TV Escola que funcionava na Superintendência do Ensino Fundamental e o Programa de Informática Educacional do MEC - PROINFO que era vinculado ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria, com 11 Núcleos de Tecnologia Educacional — NTES. Esses Núcleos fizeram parte de um dos Programas da Secretaria de Educação a Distância do MEC que implantou em regiões estratégicas do Estado, em 1997, 11 pólos de capacitação para a utilização das tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas.

Iniciavam-se dessa forma, de maneira sistematizadas e integradas, as ações de educação a distância e continuada da Secretaria da Educação de Goiás.

A SUED era responsável pela aplicação de provas dos exames supletivos nos níveis Fundamental, Médio e profissionalizantes, acompanhamento das escolas que desenvolviam a modalidade EJA, autorização de abertura e funcionamento de cursos, realização de seminários e encontros de capacitação de professores e emissão de certificados. Essas atividades foram mantidas, reestruturadas e aperfeiçoadas.

Exames Supletivos

A primeira iniciativa tomada pela Superintendência foi operacionalizar e realizar as provas do Supletivo e profissionalizante de 1999 até então sob a coordenação da Prof.^a Elizabeth Bittencourt. Nas inscrições para os exames, em fevereiro de 1999, constataram-se situações que incidiam nos procedimentos de realização das diversas etapas e no conforto dos candidatos que, por exemplo, para se inscrever, formavam filas extensas a fim de retirar cupom para pagamento de taxa na Superintendência, ir a banco credenciado, voltar à Superintendência e comprovar o pagamento para validação da inscrição. Ao longo dos anos, foi-se aprimorando o atendimento, buscando locais próprios e o auxílio de sistemas eletrônicos para agilizar o processo.

A taxa de pagamento das inscrições foi eliminada no exame seguinte, por ferir a Constituição Estadual que veta esse tipo de cobrança em Goiás.

Foram instituídas também, na elaboração das provas, aplicação e correção, medidas que assegurassem confiabilidade e qualidade no processo. Para isso, foi contratada a Professora Marília Lara que havia presidido a Comissão dos Exames Vestibulares da UFG. Essa professo-

ra diligentemente, organizou banca de professores qualificados para a elaboração e correção das provas, determinou regras de procedimentos das bancas, delimitou locais isolados e protegidos para a elaboração e impressão das mesmas assim como logística de aplicação em 19 pólos distribuídos no Estado. Esse trabalho continuou nos anos seguintes sob a coordenação da Prof.ª Maria Madalena que procurou aprimorar cada vez mais o processo.

A organização das provas recebeu tratamento especial respeitando-se as medidas de segurança, elaboração consistente, assim como um processo mais ágil de correção, introduzindo-se o programa de avaliação por leitura de cartão .

Malgrado a situação física bastante precária dos ambientes para esse tipo de exame, foi possível ir melhorando a cada ano as condições existentes. Para as inscrições, foram utilizados auditórios das escolas, espaços bem amplos como os da Associação Agropecuária do Estado sempre no sentido de oferecer mais conforto aos candidatos, procurando sobretudo, soluções de melhoria oferecidas pelas tecnologias da informação que proporcionassem além do conforto, credibilidade na documentação e registro devido.

Certificados e Diplomas

Esse setor, muito bem organizado sob a responsabilidade da Prof.ª Janilda, mereceu cuidados quanto à acomodação dos processos de cada candidato que se inscreveu aos exames supletivos e acumulados desde os anos 70. Esses documentos estavam dispostos em prateleiras abertas, com o agravante de esse setor estar ligado à fábrica de cadeiras de roda da OVG por uma parede que sustentava um forno. Uma faísca e tudo seria perdido como também uma chuva, dado o fato de o telhado da SUED estar bastante desgastado.

Para abrigar melhor os referidos processos quando da mudança das salas para o prédio da Secretaria de Educação (antiga CELG), adquiriu-se e foi instalado armário de aço, próprio para esse tipo de guarda, garantindo-se a imunidade dos documentos protegendo-os da poeira, dos insetos e das intempéries.

Autorização de EJA

Quanto ao registro e análise das solicitações de autorização para funcionamento de curso, as atividades continuaram tendo o mesmo procedimento sob a responsabilidade da Prof.ª Janilda que verificava nos processos o cumprimento das normas que regem a implantação de

novos cursos bem como o fiel cumprimento das mesmas. Esse serviço contou sempre com o apoio das Subsecretarias de Educação

A educação de jovens e adultos é uma área frágil pela alta demanda do público-alvo, pelas possibilidades de lucro e pelo oferecimento de alternativas fraudulentas. O setor de acompanhamento e autorização enfrentou vários problemas dessa espécie fechando escolas ou exigindo documentação e procedimentos de acordo com as leis. Vale lembrar que nem sempre foi possível fazer cessar, por todo o Estado, iniciativas desse tipo. As últimas ocorrências foram as que se verificaram na aplicação de provas do INEP/INEJA ,(por um vereador que cobrava a aplicação) em 2006, nas cidades de Palmeiras de Goiás e São Luís de Montes Belos. Malgrado todas as providências tomadas pelas subsecretarias da época, não foi possível punir os responsáveis .

As observações referentes às atividades dos setores foram aqui registradas no sentido de se ter uma visão mais completa de um serviço que é prestado pelo Estado e que é, por vezes, menosprezado ou pouco conhecido. O cuidado com os exames, com a documentação subsequente revelam o quanto se deu importância a esse trabalho sobretudo, para valorizar o cidadão que necessita de uma certificação digna e respeitável. Se, anteriormente a 1999, exigia-se comprovação de escolaridade para ingressar no mercado de trabalho, essa exigência foi ficando mais presente nos setores contratantes.

Pode-se perceber esse fluxo pelos dados contidos nos anexos com exposições dos professores:

- Oscar Almeida Bonifácio
- Hélia Pereira de Freitas
- Ana Pinto de Faria e Silva

As observações referentes às atividades dos setores foram aqui registradas no sentido de se ter uma visão mais completa de um serviço que é prestado pelo Estado e que é, por vezes, menosprezado ou pouco conhecido. O cuidado com os exames, com a documentação subsequente revelam o quanto se deu importância a esse trabalho sobretudo, para valorizar o cidadão que necessita de uma certificação digna e respeitável. Se, anteriormente a 1999, exigia-se comprovação de escolaridade para ingressar no mercado de trabalho, essa exigência foi ficando mais presente nos setores contratantes provocando o interesse por parte dos adultos com pouca escolaridade por cursos ou exames.

As estatísticas desse período revelam que o crescimento de EJA na rede estadual no período de 1999 a 2006 foi de 256% com um decréscimo de 10,6% após aplicação da Resolução CEE 260 de 18/11/2005 que restringiu a matrícula segundo escolaridade anterior ou idade.

Em consequência, o que se constatou foi o aparecimento de cursos irregulares ou então simplesmente a venda de diplomas, tendo sido necessário intervir, em alguns momentos, com apelo à segurança pública.

Por outro lado, a abertura de cursos provocou um certo desconforto quanto ao aumento das matrículas na EJA do Ensino Médio ensejando oportunidade a jovens com o mínimo de 18 anos de se matricular e obter certificação em menos tempo. Isso, por vezes, causou evasão nos cursos do Ensino Médio ocasionando em algumas escolas, um clima altamente desfavorável à modalidade em foco.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E CONTINUADA

ENTREVISTA SOBRE EJA

Período: 1982 a 1997

PROF.: OSCAR ALMEIDA BONIFÁCIO

AGOSTO DE 2013

1. DADOS PESSOAIS

Oscar Almeida Bonifácio, natural de Rio Verde no sudoeste goiano, nascido em 14 de abril de 1944.

2. DADOS PROFISSIONAIS

Sou formado em Filosofia Pura, trabalhei na Educação por mais de 35 anos nas funções de professor, coordenador pedagógico, diretor, inspetor e técnico atuando em escolas públicas e particulares a nível fundamental, médio e profissionalizante, e, ainda, em órgãos da Secretaria da Educação que eram responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos.

Iniciei minha trajetória profissional na Educação, no Estado de Pernambuco, em 1970, dando aulas para crianças da antiga 1ª série ginásial. Também, durante três anos ministrei aulas de Português no antigo Curso Ginásial, e, no Curso Técnico de Contabilidade. Embora não fosse formado nessa área, e, como havia déficit de professores habilitados em áreas distintas, eu estudava e planejava as aulas, e, desse modo consegui resultados muito satisfatórios.

Em 1973 vim para Goiás, e, em 1974 comecei a trabalhar no Estado como professor. Em 1978 mudei para Ipameri- GO. Lecionei na Escola Normal e fui Coordenador Pedagógico no Colégio Estadual Prof. Eduardo Mansine - CEPEN, tendo sido diretor do mesmo de 1980 a 1981.

Em 1982 retornei para Goiânia e fui lotado no Centro de Estudos Supletivos- CES. Desde então trabalhei com a Educação de Jovens e Adultos até 1997, quando me aposentei.

3. SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PERÍODO: 1982 a 1997.

O Centro de Estudos Supletivos, inicialmente, funcionou em uma casa alugada localizada na Praça do Avião, no Setor Aeroporto. O CES nessa época já contava com um excelente material audiovisual utilizado no desenvolvimento das atividades.

Tenho em mente que foi o primeiro Centro de Estudos Supletivos criado no Brasil.

Mais tarde, o CES foi despejado do local por falta de pagamento do aluguel. Então, sem local para funcionar, a Escola "Presidente Dutra", no Setor Universitário, cedeu suas dependências no turno noturno para o Centro de Estudos Supletivos, que lá permaneceu até a construção da sede própria, ao lado do Presidente Dutra, onde atualmente funciona nos três turnos.

No fim do governo Ari Valadão, em 1982, o Centro de Estudos Supletivos tinha uma organização específica para jovens e adultos através de um projeto elaborado pela professora Zilda Leverger, que tinha como um dos objetivos o oferecimento de ensino semi- indireto.

O projeto constava de matrícula por disciplinas e estudos em módulos que eram entregues no ato da matrícula. O material era levado para casa, estudado, e, caso houvesse dúvidas era marcada aula com os professores para saná-las com atendimento em cabines individuais no Centro de educação de Jovens e Adultos.

Quando o educador tinha conhecimento que o aluno havia dominado o módulo estudado autorizava a aplicação da prova.

Então, com o crescente aumento da população educacional percebeu-se que nem toda a periferia teria condições de vir para o Centro de Estudos Supletivos, bem como, o CES não comportaria a grande demanda.

Nesse sentido, a professora Maria do Rosário Ayres teve conhecimento de um projeto executado em Mato Grosso, estudou o mesmo, e, montou o Projeto Saturnus, que foi implantado em escolas municipais e estaduais da periferia de Goiânia, e, no interior do Estado.

As escolas que implantaram o Projeto Saturnus tinham acompanhamento de professores do CES. Quando os professores das escolas que implantaram o projeto

tinham conhecimento de que os alunos estavam preparados, então, eram aplicadas as provas pela equipe de acompanhamento que elaborava, revisava, mimeografava, aplicava e corrigia essas avaliações. Vale registrar que todo o preparo das provas era feito artesanalmente.

Por mais de 02 (dois) anos participei da equipe de acompanhante do CES. Nessa ocasião funcionava um Núcleo do Centro de Estudos Supletivos na zona rural de Luziânia, cujo transporte para chegar até à Escola era a cavalo. E, em razão do difícil acesso, eu passava ali a semana toda, dando aulas preparando os alunos para as provas. Pois, o material oferecido pelo CES não era um material bom para auto-didatismo. E, quando era oferecido reforço os alunos tinham melhor rendimento nas avaliações.

Dos professores do CES fui o único a realizar esse trabalho de acompanhamento no interior do Estado.

Ainda, passei um tempo trabalhando na inspeção, uma vez que tínhamos o Projeto Saturnus na zona rural. No município de Matrinchã o projeto foi implantado em uma fazenda da Rede Globo, e por ser de difícil acesso raramente recebia os serviços de inspeção. O trabalho era realizado em 1(um) dia, mas, como não havia meio de transporte para retorno imediato, às vezes eu ficava até quatro dias na fazenda. Contudo, fiz um bom trabalho, conforme avaliação do CES.

A equipe de inspeção do CES era responsável para conferir a documentação escolar dos alunos concluintes nas escolas de origem, e, por fim encaminhados à inspeção da Superintendência do Ensino Não Formal, para certificação.

Em diversas ocasiões fui deslocado para outras escolas do interior do Estado a fim de conferir a documentação escolar dos alunos concluintes.

Em 1983 e 1984 começou o declínio do ensino supletivo com boa qualidade, quando no governo de Iris Resende Machado foi convidado Wilson Ferreira da Cunha, sobrinho de um Deputado de Anápolis, que era professor de Política na Universidade Católica de Goiás, hoje, PUC Goiás, para assumir a Unidade de Ensino Supletivo.

Quando Wilson assumiu o Ensino Supletivo havia uma rixa muito grande entre os funcionários que trabalhavam na Unidade de Ensino Supletivo e no Centro de Estudos Supletivos, por uma grande sede de mudar tudo no CES, ocorrendo, assim, mudanças radicais nessa Unidade Escolar.

No primeiro ano de gestão de Wilson, ainda, foi utilizado o material didático existente, no qual foram gastos anos para ser elaborado. Em 1984 houve uma reviravolta total. Após passarem o ano todo planejando tal mudança, que se concretizou com o descarte do material didático existente, ou seja, todos os módulos que tínhamos no CES foram queimados, incluindo os módulos do Projeto LUMEN. Módulos estes, que foram utilizados em várias faculdades do interior de São Paulo.

E, em substituição aos módulos antes existentes, foi adotado um material do TELECURSO da Fundação Roberto Marinho, que era um material bom; no entanto, não houve planejamento ou capacitação dos professores para a utilização desse material adquirido. Apesar de ser um material bom, mas foi elaborado a nível de Brasil, enquanto que o anterior, que fora descartado, atendia a realidade local. Portanto, concordaria com a mudança realizada, caso houvesse, no mínimo, capacitação dos professores.

Do Centro de Estudos Supletivos fui removido para a Coordenação da Divisão de Ensino Supletivo da Delegacia Metropolitana de Educação, que juntamente com outros técnicos, incluindo a professora Hélia Pereira de Freitas, fazia acompanhamento, controle e avaliação do Projeto Saturnus nas escolas estaduais da Capital. Vale ressaltar que nessa época o Projeto Saturnus já havia sido bastante alterado na sua originalidade.

A seguir, fui removido para a Superintendência de Ensino Não-Formal _ SUPENFOR, antes teve a denominação de Departamento de Ensino Supletivo_ DESU, depois Unidade de Ensino Supletivo, e, hoje, Superintendência de Educação a Distância e Continuada SUED.

4. EXAMES SUPLETIVOS

O oferecimento dos Exames Supletivos teve início na Unidade de Ensino Supletivo, na época, DESU, que funcionava no 4º andar do Edifício Moacir Teles. Havia uma grande preocupação quanto à organização desses Exames; no entanto, o espaço físico era pequeno para atender à demanda existente.

Os Exames Supletivos foram oferecidos, inicialmente, em Goiânia e em algumas cidades do interior, e, o número de municípios pólos foi aumentando a cada ano que passava.

Havia um rigoroso planejamento para a realização dos Exames Supletivos como: inscrições, elaboração, impressão e aplicação das provas, e, finalmente, a divulgação dos resultados.

Para a aplicação das provas viajavam 02 técnicos da Unidade de Ensino Supletivo para cada um dos municípios pólos, os quais eram responsáveis pela guarda, sigilo e aplicação dessas provas.

Ainda, eram oferecidos os Exames de Suplência Profissionalizante, que eram realizados apenas em Goiânia, sendo bastante procurados. Vale ressaltar que Goiás recebia candidatos de todo o Brasil, e, até do exterior.

As modalidades com o maior número de candidatos inscritos eram: Transações Imobiliárias, Auxiliar e Técnico de Enfermagem e Eletrotécnica.

Merece salientar que o Estado de Goiás foi o único Estado brasileiro que ofereceu Exames de Suplência Profissionalizante.

CONCLUSÃO.

Aposentei-me em 1997, na Superintendência de Educação a Distância e Continuada, órgão da Secretaria da Educação. Após a aposentadoria trabalhei mais 13(treze) anos com crianças em Escolas Particulares no Setor Garavelo, a Escola Ciranda do Tempo.

Hoje tenho 69 anos, e, como cidadão brasileiro ainda fico muito angustiado quando vejo a realidade da educação no Brasil. Porém, tenho minha consciência tranquila porque o que pude dar para o meu país eu o fiz com amor e dedicação, uma vez que até as atividades que não eram de competência de minha função eu procurava realizá-las.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E CONTINUADA

ENTREVISTA

EJA

PERÍODO: 1973 a 2008

PROFA.: HÉLIA PEREIRA de FREITAS

Hélia Teixeira de Freitas

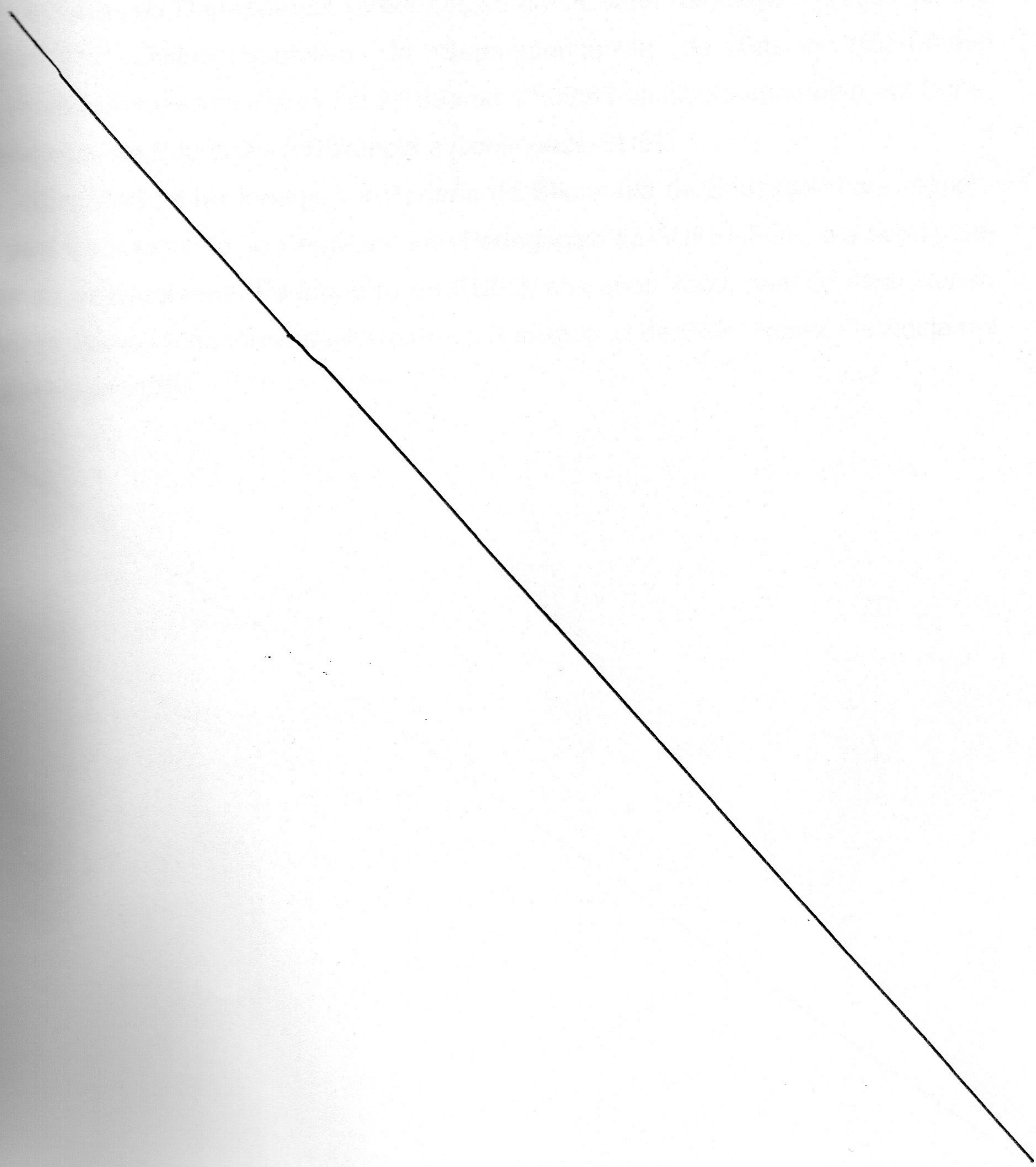
OUTUBRO / 2013

2 Freitas

DADOS PESSOAIS

Hélia Pereira de Freitas, mãe de 02 filhas e avó de um casal de netos. Natural de Marzagão- Go ,radicada em Goiânia há vários anos. Meus estudos foram feitos em internato, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Araguari-Mg, dirigido pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria.

Nesse Estabelecimento de ensino cursei os níveis de ensino: primário, ginásial e normal, este concluído na década de 1970. Após cursei Pedagogia, também em Minas Gerais. E, Pós-graduação e outros cursos de Especialização em Goiânia.



DADOS PROFISSIONAIS

Sou licenciada em Pedagogia, com habilitação plena em magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau, habilitação plena em Administração Escolar e Supervisão Escolar _1º e 2º graus. E, Pós-graduação em Administração Escolar. Também, Bacharel em Direito.

Ingressei na educação em 1972, e me aposentei em 2008. Portanto, durante 36 anos estive ora em regência de classe, ora em direção de escolas estaduais. Em 1983 fui transferida para a Secretaria de Educação\Departamento de Ensino Fundamental. Em 1983 fui removida para a Delegacia Metropolitana de Educação, e, após 07 anos no Departamento Pedagógico da DEM fui removida em 1991 para a Divisão de Ensino Supletivo da Superintendência de Ensino Não-Formal _SUPENFOR, que através da Lei 12.694 de 11\09\95 passou a denominar-se Superintendência de Educação a Distância e Continuada-SUED.

Em 1993 fui designada por Portaria da Secretaria de Educação para responder pela Coordenação do Departamento Pedagógico da SUPENFOR, e a seguir Gerente do Departamento Pedagógico da SUED, nos anos 2000, quando esse Departamento passou a denominar-se Gerência Pedagógica de EGA. Nessa Gerência me aposentei em 2008.

1. SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Antes de falar sobre o meu trabalho com o ensino supletivo em Goiás quero lembrar essa história, da qual tive conhecimento por meio da leitura de arquivos existentes na SUED, bem como, por meio de conversas informais com servidores e ex-servidores que atuaram na época.

Em 1967, o governo federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), iniciando uma campanha maciça de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos.

O MOBRAL acabou sendo extinto em 1985 e, em seu lugar, surgiu a Fundação Educar, para atendimento às séries iniciais do 1º grau. Com a extinção dessa fundação, em 1990, o esforço pela Educação de Jovens e Adultos ficou disperso em iniciativas locais de Estados e Municípios, bem como entidades não governamentais, muitas delas vinculadas à Igreja Católica. Cada uma dessas iniciativas adotava sua própria metodologia e produzia seu próprio material. A ação federal resumiu-se até 1994 no apoio financeiro a muitas dessas iniciativas mediante convênio como FNDE.

Então, no Brasil a implantação do Ensino Supletivo ocorreu em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, ampliando o direito à escolarização daqueles que não puderam frequentar a escola durante a infância e a adolescência, embora, segundo a Lei o dever do Estado era limitado dos 7 aos 14 anos.

Com a Constituição promulgada em 1988, o dever do Estado com a Educação de Jovens e Adultos é ampliado ao se determinar a garantia de "ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

Tomei conhecimento por meio de documentos com registros existentes na Superintendência que, em Goiás, a Educação de Jovens e Adultos foi implantada em 1973, quando foi criada a Unidade de Ensino Supletivo, órgão da Secretaria de Educação, responsável pela coordenação e execução dos programas e projetos supletivos.

2 PRIMEIRAS UNIDADES A ATENDER EJA DÉCADAS: 1970 E 1980

Conforme entrevista com o professor Oscar Almeida Bonifácio, que chegou em Goiânia em 1982, o Ensino Supletivo era oferecido no Centro de Estudos Supletivos, local no qual trabalhou na época.

O Centro de Estudos Supletivos de Goiânia foi criado em 1973. Os Cursos do CES ofereciam escolaridade a jovens e adultos, em nível de 1º grau(04 últimas séries) e 2º grau.

Inicialmente, os cursos eram oferecidos de forma semi-indireta com alto teor de supletividade, sem obrigação de frequência, obedecendo ao ritmo próprio do aluno. E, para tirar dúvidas existentes em determinado(s) conteúdo(s), esse aluno agendava com o professor e era atendido em cabines individuais.

Depois de algum tempo, os cursos foram oferecidos de forma direta, com baixo teor de supletividade, frequência obrigatória e avaliação no processo.

Os Cursos tinham a duração de 04 semestres. O CES de Goiânia foi a primeira unidade escolar a oferecer o Ensino Supletivo, e, por algum tempo a única no Estado. Em seguida, foram criados os CES de Anápolis e Aragarças.

Visando a expansão da oferta do Ensino Supletivo, a direção da Unidade de Ensino Supletivo realizou a implantação de cursos em unidades escolares da periferia de Goiânia, no interior do Estado, e nos municípios de Anápolis, Itapaci e Valparaíso.

Em 1983 foram criados 29 Núcleos de Ensino Supletivo, em unidades escolares da rede pública. Esses Núcleos ofereciam apenas o Curso Direto.

Todos os Núcleos utilizavam os módulos de ensino do Centro de Estudos Supletivos de Goiânia. Posteriormente, a Unidade de Ensino Supletivo elaborou e implantou o Projeto Saturnus em unidades escolares, oferecendo escolarização a nível das 04 últimas séries do Ensino Fundamental.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394\96 os Centros de Estudos Supletivos passaram a denominar-se Centro de Educação de Jovens e Adultos- CEJAS.

Em 2008, quando deixei a Gerência de Educação de Jovens e Adultos, da Superintendência de Educação a Distância a Continuada- SUED estavam em funcionamento 07(sete) CEJAS no Estado:

- Goiânia – 02 Unidades
- Anápolis – 01 Unidade
- Catalão – 01 Unidade
- Luziânia – 01 Unidade
- Caldas Novas – 01 Unidade
- Aragarças – 01 Unidade

Assim, em 1973, 1977, 1979 e 1989 em Goiás, foram oferecidos os seguintes programas e projetos:

- Projeto Minerva
- Projeto Magister
- Programa de Educação Integrada
- Projeto LUMEN I
- Projeto LUMEN II
- Projeto Saturnus
- Projeto Vídeo – Escola

No entanto, os Projetos LUMEN II e Vídeo – Escola foram implantados em 1989, tiveram continuidade nos anos 90 e foram encerrados no início do ano 2000.

PROJETO MINERVA – Criado em 1973, vinculado à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa\ Centro Brasileiro de Rádio Educativo “Roquette Pinto.”

A programação era desenvolvida de acordo com os horários de Rádio, com objetivo de proporcionar, através desse canal, oportunidade de conclusão do 1º grau a maiores de 17 anos, e de 2º grau para maiores de 19 anos.

O curso era acompanhado em um Radioposto (sala de aula), sendo a transmissão de 2ª a 6ª com 02 aulas diárias. Os cursistas ouviam a aula transmitida pela

rádio e realizavam trabalhos em grupo, orientados por um monitor.

Após cada etapa concluída, do total de 15 meses, os alunos cursistas faziam provas escritas via Exames Supletivos.

Projeto extinto.

PROJETO MAGISTER – O Projeto Magister foi implantado em 1977, objetivando capacitar recursos humanos para o magistério de 1ª à 4ª série do 1º grau, dando direito á continuidade de estudos no 2ª grau. Extinto.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA – Em 1973 o Conselho Federal de Educação reconheceu o Programa de Educação Integrada como Curso Supletivo equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau.

O objetivo do Projeto era atender adolescentes, jovens e adultos maiores de 14 anos, e que não tiveram condições de frequentar a escola regularmente.

A duração do curso era de 720h distribuídas em 03 semestres. Após ser extinto em 1986, foi substituído pelo Programa de Educação Básica.

PROJETO LUMEN I – Projeto de Capacitação e Habilitação de professores leigos, implantado em 1973.

Esse projeto teve por objetivo capacitar e habilitar professores leigos com atuação nas quatro primeiras séries do 1º grau, em nível de 2º grau, das redes estadual e municipal de ensino.

O projeto era oferecido em municípios – pólos, através de convênio firmado entre Prefeituras Municipais e Secretaria de Educação.

O curso de capacitação era oferecido para portadores de conclusão das 04 (quatro) séries iniciais do 1º grau e o curso de habilitação para os portadores de conclusão das 04 (quatro) últimas séries do 1º grau. Os professores deveriam apresentar no ato da inscrição comprovante de exercício de magistério por 02 (dois) anos, no mínimo. E, ter 18 anos para cursar capacitação e 21 anos para habilitação.

O curso era executado de forma semi-indireta, com duração de 15 meses distribuídos em 03 (três) etapas, e, oferecimento de Encontros Pedagógicos e Avaliação Escrita no final de cada etapa, mais Estágio Supervisionado para ter direito ao diploma, que era expedido pela Unidade de Ensino Supletivo.

Vale ressaltar que o estudo era individualizado em fascículos próprios, elaborados pela equipe pedagógica da Unidade de Ensino Supletivo.

Após expirado o prazo de cada fase oferecida do Projeto LUMEN, outro (projeto) era elaborado, mas com intervalos às vezes longos. E, assim, após o encerramento do LUMEN I foi elaborado novo Projeto, conforme legislação vigente na época, o LUMEN II.

Cada projeto era analisado para aprovação pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás.

PROJETO LUMEN II – Em 1989 foi implantado o Projeto LUMEN II, cujo objetivo era possibilitar aos professores da capital e do interior do Estado que atuavam nas 04 séries iniciais do 1º grau, nas redes públicas e particular, possuidores de 2º grau, habilitação no magistério, num menor espaço de tempo, contribuindo para a redução do percentual de professores leigos em Goiás.

As características do LUMEN II são semelhantes as do LUMEN I, uma vez que o curso era desenvolvido em municípios-pólos, e convênio firmado entre Prefeituras Municipais\Secretaria da Educação\Superintendência de Ensino Não-Formal. Ainda, o curso era semi-indireto, isto é, com momentos presenciais e não presenciais, com duração de 5 meses, oferecido em 02 etapas para Encontros Pedagógicos. Esses momentos presenciais constavam de aulas expositivas acompanhadas por técnicos da Superintendência.

No final de cada etapa eram realizadas provas escritas. Para a conclusão do curso era exigido o Estágio Supervisionado realizado em escolas do município onde residia o professor-aluno.

O Projeto LUMEN, por ser um curso profissionalizante, foi extinto após a vigência da LBD nº 9394\96.

Após 1996 a SUED elaborou um Projeto Especial para o LUMEN a fim de oferecer terminalidade do curso aos professores com dependência.

PROJETO SATURNUS – Foi implantado em 1979. O projeto foi iniciado como extensão das ações do Centro de Estudos Supletivos, cujo objetivo era oferecer a adolescentes jovens e adultos, com 14 anos completos, oportunidade de suprir escolarização a nível das 04 (quatro) últimas séries do ensino de 1º grau.

Era ministrado com alto teor de supletividade, ou seja, sem frequência obrigatória, com duração de 15(quinze) meses, distribuídos em 03 semestres, e provas oferecidas a cada 5 meses de estudos. A duração dependia, ainda, do ritmo próprio da aprendizagem de cada aluno.

9/10/85

O curso era oferecido em escolas estaduais, com a denominação de Núcleos de Atendimento.

A avaliação era realizada por disciplinas, quando o aluno se sentisse preparado.

O Projeto Saturnus sofreu alterações a partir de 1988.

De 1988 até 1990 foi oferecido o Projeto Saturnus com baixo teor de supletividade, isto é, com frequência obrigatória e avaliação no processo.

O curso era oferecido a jovens e adultos, com idade igual ou superior a 16 anos, correspondente às 04 séries finais do 1º grau, em escolas da rede estadual. Tinha a duração de 18 meses, distribuídos em 04 períodos.

Foi extinto em 1990.

PROJETO VÍDEO – ESCOLA- Implantado em 1989, tinha por objetivo oferecer suporte pedagógico a professores e coordenadores, permitindo aos alunos reelaborarem sua própria visão do mundo.

As entidades envolvidas foram: Banco do Brasil, Fundação Roberto Marinho, Secretaria da Educação, Superintendência de Ensino Não- Formal.

O Projeto era constituído de fitas de vídeo – cassete contendo assuntos, tais como: histórico – sociais, científicos, artísticos, documentários, histórias infantis, literatura, curiosidades e outros. Era realizado o intercâmbio de fitas entre os Pólos e Videopostos através das Agências do Banco do Brasil.

O acompanhamento era feito pela SUPENFOR em 11(onze) Pólos com 116(cento e dezesseis) municípios envolvidos.

O Convênio com o Banco do Brasil cessou em 1995, encerrando assim o projeto.

3. ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS

PERÍODOS:

1991 a 1994

1995 a 1998

1999 a 2008

Comecei a trabalhar no atendimento a jovens e adultos em 1991, quando fui lotada na Divisão de Ensino Supletivo da Delegacia Metropolitana de Educação, Divisão esta responsável pelo acompanhamento, assessoramento e avaliação das unidades escolares da Capital que ofereciam Ensino Supletivo.

A seguir, essa Divisão foi transferida para a superintendência de Ensino Não – Formal – SUPENFOR, dando continuidade às atividades já desenvolvidas, mas em todo o Estado, além da Capital.

A SUPENFOR oferecia conclusão de grau obtida via Curso ou via Exames de Suplência, bem como coordenava e executava programas e projetos, dos quais participei na execução, sendo:

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB – Foi implantado em 1986, em substituição à Educação Integrada que foi extinta. A PEB era equivalente às 04 primeiras séries do 1º grau, incluindo Alfabetização, destinada a jovens e adultos maiores de 14 anos. O curso era oferecido em 1.440 horas distribuídas em 03 etapas de 720 h e 360 horas. Foi extinto em 1993.

CURSOS DE SUPLÊNCIA – A extinção da Educação Básica e do Projeto Saturnus deu lugar aos Cursos de Suplência de Educação Geral, oferecidos de 1994 a 1999, de forma direta, a nível de alfabetização, Suplência I (1ª à 4ª séries), Suplência II (5ª à 8ª séries) e Suplência III (2º grau).

Os Cursos de Suplência eram destinados a alunos jovens e adultos, maiores de 14 anos para a Suplência I e II, e 18 anos para a Suplência III, e que não tiveram acesso ou não deram continuidade de estudos a nível de 1º e 2º graus.

À época em que foram encerrados, os Cursos de Suplência atendiam, aproximadamente, 30.000 alunos em 170 unidades escolares.

Os cursos tinham a duração de 02 anos distribuídos em 04 semestres.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 os Cursos de Suplência foram denominados Cursos de Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos foi estruturada da seguinte forma:

- **1º Segmento do Ensino Fundamental**, oferecido em 04 períodos letivos, com duração de 01 semestre cada período. Este segmento é equivalente às 04 primeiras séries do Ensino Fundamental, incluindo alfabetização.
- **2º Segmento do Ensino Fundamental**, equivalente às 04 últimas séries do Ensino Fundamental, com duração de 04 períodos, ou seja, 04 semestres .
- **Ensino Médio**, oferecido em 03 períodos letivos, equivalente às 03 séries do ensino médio seriado.

Para ingresso na Educação de Jovens e Adultos é exigida a idade mínima de 15 anos completos para o ensino fundamental e 18 anos completos para o ensino médio.

Os cursos são presenciais, com frequência obrigatória e avaliação no processo.

Já no final da década de 90 até 2007 houve um crescimento bastante significativo do número de unidades escolares que ofereciam EJA, bem como, de alunos.

Conforme levantamento realizado no início do 1º semestre de 2008, época em que me aposentei, existiam, aproximadamente, 70.000(setenta mil) alunos matriculados em EJA, em 350 escolas estaduais, e, 25.000(vinte e cinco mil) alunos em 200 escolas municipais.

PROJETO KALUNGA – No início dos anos 90, quando fui removida para a Superintendência de Ensino Não – Formal – SUPENFOR, teve início a execução do Projeto Kalunga, cujo objetivo era alfabetizar o povo Kalunga na região de Monte Alegre de Goiás.

O Projeto foi executado com recursos do Ministério da Educação MEC e Contrapartida do Estado de Goiás, sob a coordenação da SUPENFOR.

E, para a execução do projeto foram construídos e equipados alojamentos cobertos de palha, da região, para a hospedagem dos professores que ministraram capacitação aos professores alfabetizadores dos Kalungas, durante 01 mês, e, pos-

teriormente, esses alojamentos continuaram ocupados pelos alfabetizadores durante 01 ano, quando foi encerrado o projeto.

Para o transporte dos professores e dos técnicos até à região dos quilombolas foram adquiridos, conforme o previsto no projeto, 02 burros com arreatas, e, 02 canoas de popa. Terminado o prazo de execução o projeto foi extinto.

ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS ATRAVÉS DOS EXAMES SUPLETIVOS DE GOIÁS

A oferta dos chamados Supletivos ocorre desde da década de 70. Esta modalidade de atendimento é semelhante no país, pois a ação teórica – metodológica é a mesma, ou seja, a organização do conhecimento é conteudista e expressa-se em uma listagem de temas\conteúdos por disciplinas.

Desde que foram criados quase nada foi alterado, tanto que o crescente fracasso dos candidatos é aceito com certa naturalidade.

Os Exames Supletivos eram oferecidos a nível de 1º grau (as 4 últimas séries) e de 2º grau por jovens e adultos, oportunizando –lhes a conclusão desses níveis de ensino, obedecendo a idade de 18 anos completos para o ensino de 1º grau e 21 anos completos para o 2º grau, até o ano de 1999. E, após esse período foram exigidos 15 anos completos para o ensino fundamental e 18 anos completos para o ensino médio.

Os Exames Supletivos eram unificados em todo o Estado, oferecidos em municípios pólos, sendo aplicadas as mesmas provas, nos mesmos dias e horários, em locais previamente preparados.

Esses exames aconteciam 01 ou 02 vezes ao ano, com eliminação gradativa das disciplinas, pelos candidatos.

LOGÍSTICA PARA ATENDER OS EXAMES SUPLETIVOS

O planejamento para o oferecimento das provas dos Exames Supletivos era feito a partir de uma proposta, com tentativa de priorizar o aprendizado do candidato e permitir a melhor compreensão do conteúdo na hora de estudar, seja em casa ou no cursinho.

Para a realização dos Exames Supletivos, a Superintendência de Educação a Distância e Continuada, por meio de sua equipe responsável por esses Exames, organizava a seguinte programação:

- Elaboração dos programas das disciplinas
- Elaboração da programação dos Exames
- Inscrições: período, local, horário
- Distribuição dos programas
- Condições e documentação exigida
- Calendário de realização das provas
- Divulgação dos gabaritos
- Divulgação do resultado dos exames

Os locais de provas eram divulgados posteriormente às inscrições. Após cada Exame era realizada uma análise pedagógica, avaliando a execução do mesmo, especialmente ao que se refere aos programas das disciplinas e organização das provas, com o intuito de superar possíveis falhas e construir alternativas práticas que impossibilitassem a “fábrica de fracassos” dos candidatos.

EXAMES DE SUPLÊNCIA PROFISSIONALIZANTES

Esses exames tinham o objetivo de oferecer a profissionais de diversas áreas oportunidade de regularizarem sua situação profissional, credenciando – os ao exercício de suas funções.

Eram realizados, anualmente, somente na Capital atendendo candidatos de Goiás e dos demais Estados da Federação. Constavam de provas escritas e práticas.

Era exigida a idade mínima de 21 anos para os profissionais se inscreverem nesses exames.

Modalidades oferecidas: Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Eletrotécnica, Transações Imobiliárias, Telecomunicações, Prótese Dentária, Agrimensura, Mecânica, Laboratórios Médicos, Assistente de Administração, Edificações, Educação Física e Desporto.

Após a LDB 9394\96 esses exames foram extintos, e, durante 02 anos foram oferecidos somente para candidatos dependentes em disciplinas.

PROGRAMAS E PROJETOS

No início dos anos 90 foram implantados, pela SUED, os Projetos de Educação a Distância – EAD, PROGOIÁS, UM SALTO PARA O FUTURO e TELECURSO 2000; sendo os dois primeiros para atualização de professores de Educação de Jovens e Adultos, e, o último para escolarização de jovens trabalhadores a nível Fundamental e Médio.

Esses projetos foram, assim, desenvolvidos:

PROFORMAÇÃO

No final da década de 90, a Superintendência de Educação a Distância e Continuada passou a executar o Projeto Proformação do MEC em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação.

Esse Projeto tinha por objetivo habilitar Professores leigos para atuarem de 1º à 4º séries do Ensino Fundamental.

PROJETO PROGOIÁS

O Projeto PROGOIÁS foi implantado em 1992 mediante convênio firmado entre o Ministério da Educação, o Centro de Tecnológico de Brasília – CETEB e a Secretaria de Educação.

O projeto teve por objetivo o treinamento de professores em serviço, a distância, com metodologia de ensino individualizado visando a melhoria da qualidade do ensino – aprendizagem e valorização do professor.

Das características do Programa ressaltamos o ensino individualizado em módulos, e, ainda a Proposta Pedagógica que possibilitava ao professor – aluno progredir de acordo com a aprendizagem.

Foram beneficiados professores do Ensino Fundamental das 26 Delegacias Regionais de Educação, com o oferecimento dos seguintes cursos:

Pré – Escolar – “ Agora Eu Sei ” – 1ª à 4ª séries

Português – 5ª à 8ª séries

Alfabetização - Matemática – 5º à 8ª séries

Após a conclusão de todos os módulos, pelos professores, o projeto foi encerrado.

PROJETO TELEDUCAÇÃO “UM SALTO PARA O FUTURO”

Um projeto televisivo para atualização de professores do Ensino Fundamental, 1ª à 4ª séries, e alunos do 3º ano do Curso Técnico em Magistério, utilizando a metodologia de Educação a Distância.

O programa, instalado em 1992, era veiculado em séries diferenciadas em conteúdo e carga horária. O modo como foi planejado possibilitava o diálogo de professores com especialistas da equipe pertencente à Fundação Roquette Pinto.

Ainda, o programa era apoiado por boletins impressos complementado pelo canal de voz (telefone) que permitia um diálogo entre os participantes e a Fundação Roquette Pinto.

Ainda, em 1992 com o objetivo de orientar a utilização pedagógica, a Superintendência de Educação a Distância e Continuada instalou Telepostos em municípios – sedes, realizando, ainda, Encontros Regionais para Supervisores e Orientadores de Aprendizagem que atuavam nesses Telepostos. Esses Telepostos foram implementados com a aquisição de televisores, videocassetes, antenas parabólicas, aparelhos de fax e fotocopiadoras. O Projeto foi encerrado em 2010, conforme informação prestada por profissional da SUED, responsável pela execução do mesmo.

PROJETO TELECURSO 2000

O Projeto Telecurso 2000 foi implantado em 1995, fruto de convênio firmado entre a Secretaria de Educação de Goiás, Fundação Roberto Marinho e o Sistema FIESP – Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O referido Projeto tinha por objetivo a escolarização prioritária de jovens empregados na força do trabalho, correspondente ao ensino de 3ª à 8ª séries do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, através de estudo dos conteúdos específicos da Base Nacional Comum.

As aulas eram ministradas em uma telessala que tornava – se uma Agência de Educação a Distância, sob o comando de um Orientador de Aprendizagem.

A telessala era equipada com televisão , videocassete, dicionários e fascículos. O estudo era individual e em grupo com presença de professores especializados de cada área de conhecimento.

O projeto era oferecido em Goiânia, em Escolas Estaduais, em Batalhões da Polícia Militar, e ainda no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Aragarças, e em parceria com a Prefeitura Municipal de Valparaíso.

No ano de 2000 foram realizados parcerias entre a Secretaria de Educação e empresas do Sistema "S", além da Polícia Militar de Goiás.

Em 2001 foram encerrados as parcerias e o Projeto.

PROJETO TV ESCOLA

A TV Escola foi implantada em 1995. Tinha por objetivo ampliar os instrumentos com os quais os professores poderão contar para aprimorar seus próprios conhecimentos, e, por outro lado, para enriquecer o universo de aprendizagem dos alunos, dentro do espaço escolar.

O assessoramento, acompanhamento e a avaliação da TV Escola era de responsabilidade de técnicos da Superintendência de Educação a Distância e Continuada.

O projeto foi instalado em unidades escolares estaduais e municipais. Foram organizadas telessalas com televisores e DVDs. Os CDs são encaminhados às unidades escolares pelo MEC.

Cada telessala era coordenada por um profissional da Educação do próprio Núcleo, enquanto a coordenação geral era da SUED.

O Projeto foi encerrado pela SUED, em 2010.

PROGRAMA RECOMEÇO

Em 2001 a Superintendência de Educação a Distância e Continuada implantou o PROGRAMA RECOMEÇO, posteriormente denominado FAZENDO ESCOLA, através do qual o MEC liberava recursos visando o apoio financeiro e técnico ao Estado e Municípios para a educação fundamental de jovens e adultos matriculados nos cursos presenciais com avaliação no processo.

O Departamento Pedagógico da SUED trabalhou com esse Programa durante os (cinco) anos, que beneficiou alunos de EJA com aquisição de material didático, merenda escolar e formação de professores, kit aluno e kit professor.

O Programa foi extinto em dezembro de 2006.

ALFABETIZAÇÃO PARA TODOS

A SUED ofereceu o Projeto Alfabetização para todos, em todo o Estado a partir de 2002, a nível de primeiro segmento no Ensino Fundamental para uma clientela com idade igual ou superior a 15 anos.

PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PRISÕES

Em outubro de 2005 foi implantado o Projeto EJA nas prisões pela Superintendência de Educação a Distância e Continuada, resultado de parceria firmada entre Ministério da Educação \ Ministério da Justiça \ UNESCO \ Secretaria Estadual de Educação \ Secretaria Estadual de Justiça.

O projeto foi implantado, inicialmente na Penitenciária "Odenir Guimarães" – POG, em Aparecida de Goiânia, e , em 03 Centros de Internação de Menores, em Goiânia, internos em regime de medidas socioeducativas.

A seguir, houve a expansão do projeto em Unidades Prisionais no interior do Estado, sob a coordenação geral da Superintendência de Educação a Distância e Continuada, e , coordenação regional das Subsecretarias Regionais de Educação.

A SUED distribuiu para as salas de aula das unidades prisionais: material escolar, gêneros alimentícios, material de expediente e livros literários.

Em 2008 estavam em funcionamento, aproximadamente, 30 salas de aula nas prisões.

O projeto continua em funcionamento.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A partir de 1995 a SUPENFOR, e, depois SUED, implementou o oferecimento da formação continuada para professores de EJA.

Assim, a partir de 1996, o MEC em parceria com a Secretaria de Educação, apresentou Materiais Pedagógicos para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental, após receber cessão dos mesmos. Os materiais específicos para essa área integram o seguinte conjunto:

- 1 _ "Diagnosticando Necessidades de Aprendizagem", elaborado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação – São Paulo – 1 volume;
- 2 _ "Elementos para uma Avaliação Diagnóstica de Níveis e Conteúdos de Analfabetismo Adulto", preparado pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – do Rio de Janeiro – 5 volumes e 1 vídeo;
- 3 – Manuais de Alfabetização elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba – 7 volumes e 2 manuais do professor;
- 4 – Educação de Jovens e Adultos. Proposta Curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental;
- 5 – Educação para Jovens e Adultos. Ensino Fundamental. Manual de Orientação para Implantação do Programa.

No período entre 1996 e 1998 a Secretaria de Educação\ Superintendência de Educação a Distância e Continuada - SUED ofereceu aos Coordenadores de EJA das Subsecretarias Regionais de Educação capacitação para utilização dos materiais ministrada por seus elaboradores professores da Secretaria Municipal de Curitiba.

A SUED, apostando na oferta de Educação com qualidade para jovens e adultos organizou passos que orientaram a organização do curso de EJA, bem como, providenciou cópias dos referidos materiais para serem distribuídas às unidades escolares que ofereciam essa modalidade de ensino. Esses materiais eram distribuídos em três caixas de disquetes.

Mas, o grande impacto da formação continuada de professores ocorreu de 1999 a 2000.

É de grande importância salientar, ainda, que a Educação a Distância em Goiás foi verdadeiramente implantada em 1999 e trabalhada até 2007. Em 1999 a Prof^o. Lydia Poleck assumiu, como Superintendente, a SUED, dando sequência, bem como, implementando as ações de formação continuada de professores de EJA, já iniciadas, e, ainda, implantou a Educação a Distância, criando os NUREDS – Núcleos de Educação a Distância, no Estado.

Em 1999, o MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, divulgou a proposta Parâmetros em Ação, e, assim a SUED implantou o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Parâmetros em Ação em EJA. Assim, sob a Coordenação do Departamento Pedagógico da SUED, foi promovida a formação continuada de professores do Ensino Fundamental de EJA, por meio da organização de grupos de estudo permanentes tendo por base a discussão e reflexão das Propostas Curriculares de 1º e 2º segmento do Ensino Fundamental. Vários Encontros Pedagógicos foram realizados em todo o Estado para a disseminação dos Parâmetros Curriculares em Ação PCNs, bem como o aprofundamento desses Referenciais Curriculares.

Os Encontros de Formação Continuada eram realizados em municípios – pólos, sedes das Subsecretarias Regionais de Educação, com grupos de professores, cujos estudos eram de responsabilidade das professoras Ativadoras Curriculares, da SUED.

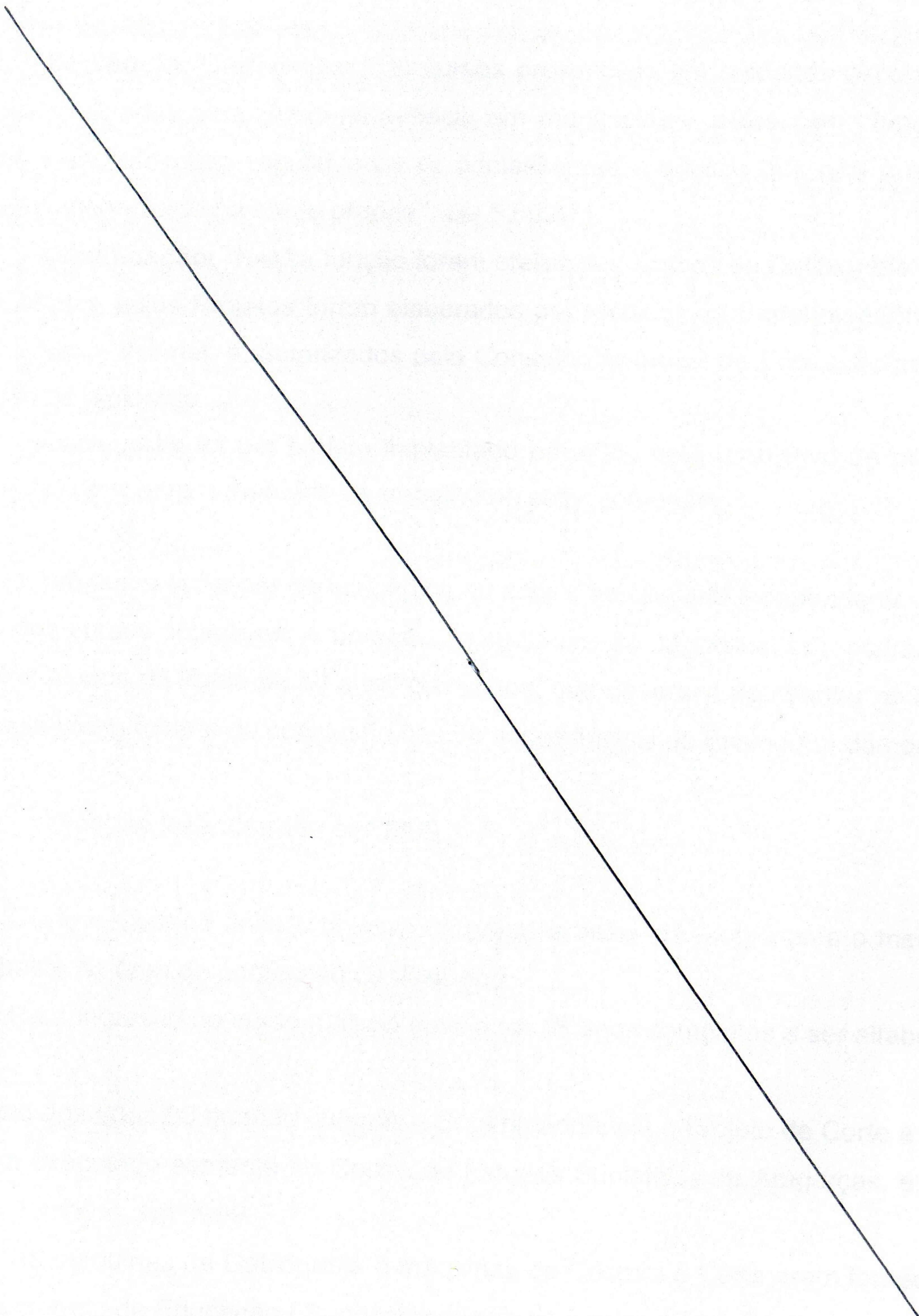
Participaram do Programa todos os professores de EJA do Ensino Fundamental.

E, para o desenvolvimento desse Programa quero deixar registrado que a professora Ana Pinto de Faria e Silva, técnica do Departamento Pedagógico da SUED e Ativadora Curricular, juntamente com outros professores especialistas, acompanhou os Encontros de Formação, durante 01 (um) ano em todos os pólos.

Ainda, quero registrar que nos anos de 1995 a 2007 a SUED deu continuidade à formação continuada de professores de EJA, sendo beneficiados profissionais das redes estadual e municipal de todo o Estado, com Encontros realizados em Pólos, ou seja, nas 38 Subsecretarias Regionais de Educação.

Quero registrar, ainda, que nessa época, em 2003, a SUED elaborou o Projeto “Rede de Apoio à Educação de Jovens e Adultos” com o propósito de apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores de EJA. A rede foi constituída com o apoio dos Núcleos Regionais de Educação a Distância – NUREDS, que

eram os pólos de Educação a Distância vinculados ao Departamento Pedagógico da SUED. Assim, foram criados Pólos de Apoio Técnico – Operacional para acompanhamento aos grupos de estudo.



4. FUNÇÕES DO PARECER 699\72 DESENVOLVIDAS NO ESTADO

No Estado de Goiás o Ensino Supletivo desenvolveu as funções apresentadas no Parecer nº, 699\72, sendo:

- **Suplência:** Oferecimento de cursos presenciais em unidades escolares, e exames realizados pela Superintendência em municípios – pólos como função de “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”, Lei 5.692\71.

- **Qualificação:** Nessa função foram oferecidos Cursos de Datilografia e Corte e Costura, cujos Projetos foram elaborados por técnicos da Superintendência de Ensino Não – Formal, e, autorizados pelo Conselho Estadual de Educação para expedição de diplomas.

- Datilografia foi um projeto implantado em 1983 com o objetivo de preparar mão – de- obra para o mercado de trabalho no setor comercial.

Esse curso tinha por característica atender uma clientela independente de ser aluno dos cursos supletivos. A duração do curso era de 03 meses, em média, atendendo a alunos na idade de 14 anos completos, que deveriam apresentar no ato da matrícula comprovante de conclusão das 04 séries iniciais do Ensino Fundamental.

O Projeto foi encerrado em 1999.

Corte e Costura tinha o objetivo de preparar mão- de – obra para o mercado de trabalho na área de confecção de vestuário.

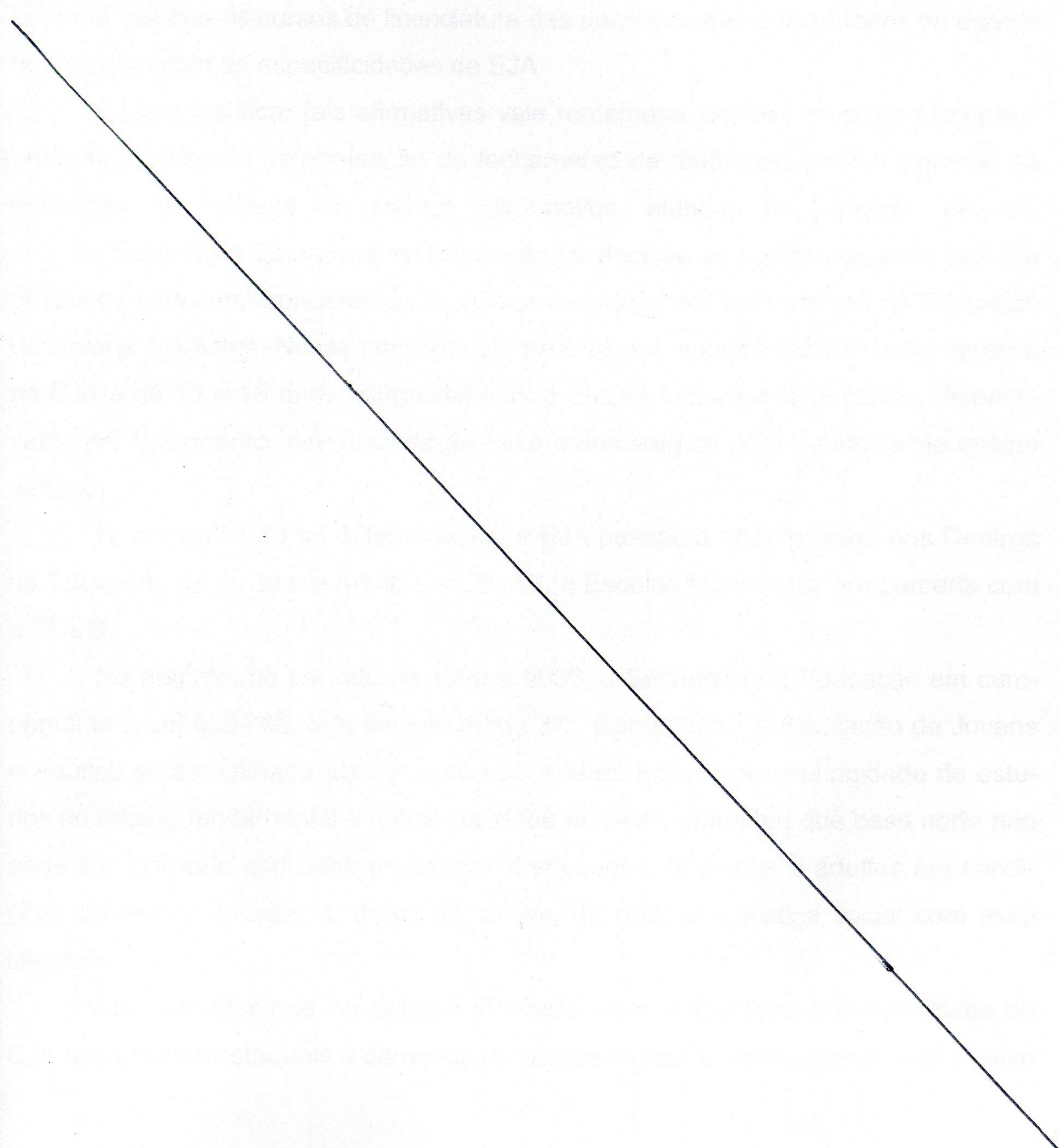
Para ingresso no curso o aluno deviria ter 18 anos completos e ser alfabetizado.

No início dos anos 90 quando cheguei á Superintendência o Projeto de Corte e Costura era executado somente no Centro de Estudos Supletivos de Aragarças, e, fora extinto, também, em 1999.

As máquinas de Datilografia e máquinas de Costura e Corte eram fornecidas pela Secretaria de Educação / Superintendência de Ensino Não – Formal .

- **Suprimento:** Nessa função o Estado ofereceu cursos a distância e semi-presenciais de formação continuada para professores, por meio de convênios firmados entre Ministério da Educação\Secretaria de Educação\Fundação Roquette Pinto\Centro de Educação Tecnológico de Brasília\Fundação Roberto Marinho\Sistema FIESP.

- **Aprendizagem:** No início dos anos 2000 o SESI ofereceu o TELECURSO 2000 a nível de Ensino Médio, cujo Projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Educação determinava que a Superintendência de Educação a Distância seria responsável pela aplicação das provas, bem como da certificação dos alunos, o que aconteceu apenas uma vez.



5. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SEDUC EM RELAÇÃO À EJA

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que padece por falta de profissionais, de materiais didáticos específicos, problemas estes agravados pela discriminação dos cursos e alunos, por parte de dirigentes da educação em determinadas gestões, incluindo muitos gestores de unidades escolares, bem como pela ausência de um processo sistemático de acompanhamento, controle e avaliação das ações desenvolvidas.

Dentre os problemas enfrentados pela EJA é importante reforçar a falta de professores habilitados para um desempenho adequado a essa modalidade de ensino, uma vez que os cursos de licenciatura das universidades e faculdades do Estado não contemplam as especificidades de EJA.

E, para justificar tais afirmativas vale rememorar um fato mencionado anteriormente, ou seja, a determinação do fechamento de matrículas para o ingresso na educação de jovens e adultos de novos alunos, na década de 90.

Segundo a Secretaria de Educação tal decisão se justificava, uma vez que os alunos estavam abandonando os cursos seriados para ingressarem na Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, vale lembrar que a idade mínima para ingresso na EJA é de 15 e 18 anos completos para o ensino fundamental e médio, respectivamente. E, portanto, diferenciada da faixa etária exigida para matrícula no ensino seriado.

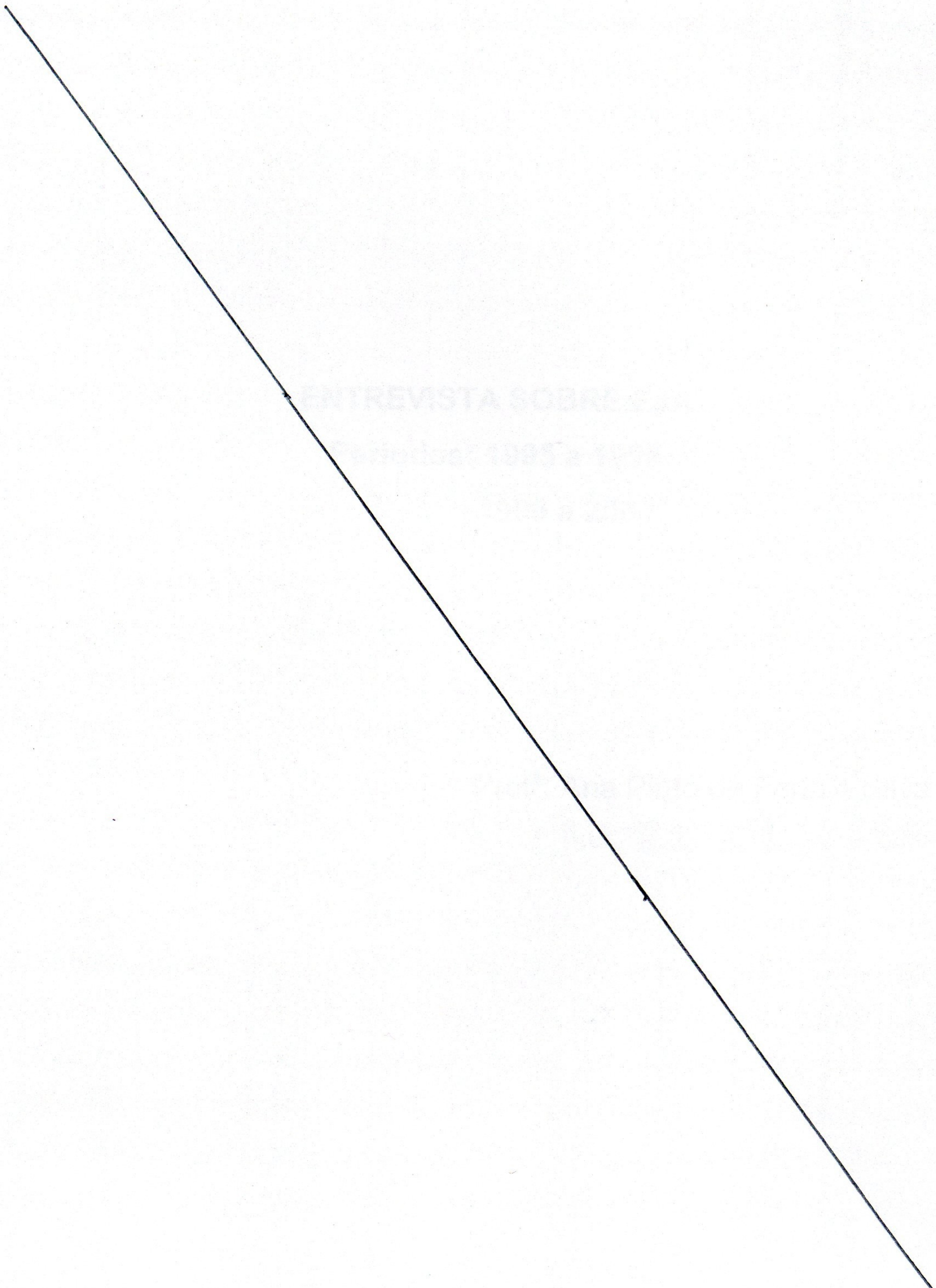
E, em razão de tal determinação, a EJA passou a ser oferecida nos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJAS, e Escolas Municipais, em parceria com a SUED.

No entanto, no período de 1999 a 2006, a Secretaria de Educação em cumprimento a Lei 9394\96, que em seu artigo 37º, Caput, diz: “ A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, entendeu que esse norte não pode ser ignorado sob pena de colocar a educação de jovens e adultos em condições de menor relevância, deixando, assim, de realizar a justiça social com essa clientela.

Vale ressaltar que no período já citado, com a liberação das matrículas de EJA nas escolas estaduais a demanda de alunos registrou um crescimento gradativo

de 410%, conforme o demonstrado no Censo Escolar de 2003.

Já em 2008 a Secretaria da Educação mostrava novamente, a intenção de coibir as matrículas de EJA sob a alegação de que essa modalidade de ensino estaria esvaziando os cursos seriados.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E CONTINUADA

ENTREVISTA SOBRE EJA

Períodos: 1995 a 1998

1999 a 2006

Prof^a: Ana Pinto de Faria e Silva

Ana Pinto de Faria e Silva

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

Ana Pinto de Faria e Silva

Naturalidade: Córrego do Ouro – Go

Curso Normal – Escola Normal Municipal de Itaberaí, concluído em 1970.

Faculdade de Educação de Ciências e Letras de Morrinhos

Licenciatura Plena em Português e Inglês e as respectivas Literaturas, concluído em Morrinhos – Go, em 1991.

Pós Graduação – Planejamento Educacional – Lato Sensu

Conclusão: Morrinhos, abril de 1998.

ATUAÇÃO

- Grupo Escolar “ Brasil ” – Córrego do Ouro – alfabetização
- Escola Estadual “ Modestina Fonseca ” - Itaberaí – alfabetização de crianças e adultos.
- Instituto São Francisco de Assis – conveniada, em Goiânia – alfabetização.
- Creche Filantrópica “ Santa Gertrudes ” – “(Tia Emília)” – privada, Goiânia-alfabetização
- Grupo Escolar “ Nelson Siqueira” – Santa Helena de Goiás – alfabetização
- Escola Infantil “Pingo de Gente” – Morrinhos – particular – alfabetização
- Escola Infantil “ Gato de Botas ” – privada – Santa Helena de Goiás – alfabetização
- Escola Estadual “ Dom Bosco” – Morrinhos – alfabetização
- Centro de Formação de professores – Morrinhos – administrativo
- Escola Estadual “ Prof. José Cândido” – Morrinhos – alfabetização
- Coordenação – “Merenda Escolar” – Regional de Morrinhos.
- Colégio Estadual “Xavier de Almeida ” – Morrinhos-Coordenação Pedagógica e Ensino Médio.

I – ATUAÇÃO EM EJA

Período : 1995 a 2006

Março de 1995 – SUPENFOR- Superintendência de Ensino Não Formal, que conforme Lei nº 12.694 de 11\09\95, publicada no Diário Oficial de 14\09\95 passa a denominar SUED- Superintendência de Educação a Distância e Continuada, dando continuidade aos cursos de Suplência I – II – III- Ensino Fundamental e 2º grau. Ao mesmo tempo era oferecido **Curso de Datilografia** em Escolas Estaduais e Municipais, por meio de convênios firmados com a Superintendência, que elaborava os projetos e certificava os alunos. E o Curso de **Corte e Costura** que era ministrado somente no CEJA de Aragarças nos mesmos parâmetros do Curso de Datilografia.

Em 1997, houve o fechamento gradativo dos cursos de EJA nas Escolas Estaduais pela Secretaria da Educação sob a justificativa de que a EJA era causadora da grande evasão que estava ocorrendo no ensino seriado, principalmente no 2º grau. No entanto, tal justificativa não procedia, uma vez que para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos é exigida a idade mínima de 15 anos completos para o Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio. Após 1999 voltaram as matrículas para EJA em escolas estaduais.

O Projeto LUMEN era oferecido com o objetivo de habilitar, a nível de 2º grau, professores leigos que atuavam nas quatro primeiras séries do 1º grau. Cada etapa do projeto era elaborada por professores especialistas, constando os conteúdos a serem estudados. Para o estudo foram elaborados módulos das disciplinas da Base Comum Nacional, bem como das didáticas correspondentes a cada disciplina, e, distribuídos aos professores – alunos.

Após elaborado, o projeto era analisado para aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, e, posterior execução.

O Projeto LUMEN era oferecido a professores das redes estadual e municipal, sendo que para os professores da rede municipal era firmado convênio com as prefeituras municipais.

As inscrições eram feitas nas Subsecretarias e nas Secretarias Municipais sob a coordenação da Superintendência que organizava os grupos de estudos com os professores habilitados nas respectivas disciplinas para ministrar as aulas que eram acompanhadas por seus técnicos (professores).

As provas eram elaboradas por uma equipe técnica da Superintendência ou por outros profissionais especialistas de cada área. O estágio supervisionado era de competência dos professores orientadores, que posteriormente enviava o relatório à Superintendência para análise e expedição dos certificados. O Projeto foi extinto gradativamente, sendo que o último foi oferecido somente para alunos – professores remanescentes.

Em 1999 foi extinta a Suplência com base na LDB 9.394\96, e, no 2º semestre do mesmo ano houve a implantação da Educação de Jovens e Adultos de acordo com a Res. do CEE nº 568\99 que estabelecia:

1º Segmento : 1ª à 4ª séries – 04 períodos em 2 anos

2º Segmento : 5ª à 8ª séries – 04 períodos em 2 anos

Ensino Médio : 03 períodos – 01 ano e meio

Em 2005 a Res. do CEE nº 260\05 estabeleceu regras e parâmetros para o oferecimento e desenvolvimento de EJA e dá outras providências, revogando a Res. 568\99.

No 1º semestre de 2006, com base na Res.260 a EJA foi implantada em escolas públicas estaduais e municipais e assim regulamentada:

- 1ª Etapa :quatro (4) semestres (1ª à 4ª séries)
- 2ª Etapa : do Ensino Fundamental e Equivalência:
 - EJA - 1º 2º 3º e 4º 5º e 6º (semestres)
 - SERIADO - 5º 6º 7º 8º (séries)
- 3º Etapa – Ensino Médio
 - EJA - 1º 2º 3º e 4º (semestres)
 - SERIADO - 1º 2º 3º (séries)

Os cursos tinham como objetivo oferecer oportunidades de estudo a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino seriado ou que não o teriam concluído na idade própria. Os mesmos eram acompanhados por professores técnicos da Superintendência, que diretamente nas escolas verificavam o funcionamento: a carga horária exigida, os conteúdos ministrados e a frequência para que pudesse

ma

ser expedidos os certificados. Esse acompanhamento, posteriormente, foi delegado às duplas pedagógicas das Subsecretarias Regionais de Educação.

II - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EJA

No período de 1995 a 1998 a Secretaria de Educação Fundamental do MEC elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e também os Referenciais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e Formação de professores. Em 1999 o MEC convocou a nível Nacional, em Brasília, representantes dos Estados para receber orientações referentes aos PCNs em Ação e à Proposta Curricular do Ensino Fundamental para EJA – 1º Segmento. E assim, no período de 16 a 20 de agosto de 1999 desenvolvemos atividades sobre a estrutura dos módulos, funções dos coordenadores gerais, requisitos para participar, ou seja, o perfil do educador de EJA. No decorrer do Encontro foram estudados os temas:

- 1 – Características dos jovens e adultos pouco ou não – escolarizados
- 2 – Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.
- 3 – Instrumentos de trabalho do educador.
- 4 – Elaboração do plano didático.
- 5 – Estudos da sociedade e da natureza de EJA.
- 6 – Alfabetização de Jovens e Adultos: o que e como ensinar?
- 7 – Refletindo sobre a linguagem na EJA.
- 8 – Novos desafios para ensinar e aprender Matemática na EJA.

Nos grupos de estudos, as atividades propostas nos PCNs foram desenvolvidas de maneira bastante enriquecedoras, pois, envolviam experiências diversificadas de várias regiões do país e voltadas sempre para a Proposta Curricular

Vale ressaltar que essa Proposta Curricular na sua versão preliminar concluída em junho de 1995 foi apresentada na Superintendência no ano subsequente, pelo professor – elaborador Orlando Joia.

Após uma longa jornada de estudos com professores elaboradores do material ministramos o Curso de Formação de Coordenadores Gerais de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Anápolis, no período de 15 a 19 de novembro \ 99 para mais de 150 participantes, coordenadores de EJA.

O curso era focado principalmente para o público que coordenava as escolas que ofereciam a modalidade de EJA, (estaduais e municipais), e, que posteriormente , chegasse aos professores através dos grupos de estudos. O material utilizado no curso foi devidamente reproduzido e repassado aos grupos de estudo. Houve uma repercussão bastante positiva em relação ao estudo em grupo e ao material oferecidos.

III - PARTICIPAÇÕES EM CURSOS, REUNIÕES, ENCONTROS, OFICINAS...

Dias 05 e 06\07\2000- Reunião Nacional sobre Parâmetros em Ação em EJA promovida pela SEF\DPE\COEJA realizada em Brasília – DF.

De 27 a 29\09\2000- Seminário Nacional de EJA – Parâmetros em Ação promovido pela SEF\DPE\COEJA realizado em Brasília – DF.

De 08 a 11\10\2001- Programa Parâmetros em Ação de EJA realizado em Pirenópolis – Go.

De 15 a 19\10\2001- Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – realizado em Brasília – DF.

De 21 a 23\11\2001- I Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Brasília – DF.

De 06\12\2001- Teleconferência de Educação de Jovens e Adultos em Brasília- DF.

Dias 30 e 31\07\2002- Seminário Regional de Jovens e Adultos- "Proposta Curricular para o 2º Segmento da Educação Fundamental realizado em São Paulo- SP. Neste Seminário, além do professor Sinval e eu, participaram também coordenadores de alguns municípios das redes estadual e municipal . Essa proposta foi divulgada , repassada, estudada e distribuída aos grupos de estudo compostos

anexo

de coordenadores e professores das Subsecretarias e Secretarias Municipais de Educação, incluindo, posteriormente, o material específico para o aluno.

De 21 a 24\08\2002- IV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos- ENEJA- realizado em Belo- Horizonte- MG.

Nesse Encontro, preparamos material para ser apresentado sobre as ações que eram desenvolvidas no Estado de Goiás sobre a Educação de EJA, o que não foi divulgado pela coordenação do ENEJA.

Dias 14 e 15\09\2002- I Encontro Estadual de Formação de Professores- PCN em Ação e PROFA realizado no Centro de Convenções em Goiânia – Go. Relato de algumas experiências com o trabalho em EJA sob nossa coordenação.

De 19 a 30\05\2003- III Oficina Pedagógica do Ler e Descobrir realizada em Belo- Horizonte- MG.

Dia 13\08\2004 – III Encontro Goiano de EJA na Faculdade de Educação da UFG com o tema “Políticas Públicas em EJA”.

Dia 23\04\2005 – 1º Bienal do Livro no Centro de Convenções de Goiânia – na oficina : “Lendo os enunciados que nos cercam”.

Dia 15\03\2006- II Encontro Temático do Fórum Goiano de EJA- realizado na Faculdade de Direito da UFG com o tema “Avaliação na EJA”- Goiânia – Go.

Dia 19\06\2006- Oficina Regional de Professores de EJA Goiânia – Go.

Dia 16\08\2006- Oficina Almanaque do Aluá nº2 Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – Goiânia- Go.

Durante anos estivemos presentes em quase todos os municípios goianos que ofereciam a modalidade de EJA, ministrando ou acompanhando grupos de estudos sempre com foco na aprendizagem do aluno. Trabalhamos a formação continuada com o objetivo de reduzir a repetência e o abandono, defendemos a organização das turmas de alunos de acordo com as necessidades e possibilidades. Nos encontros discutíamos sempre a aprendizagem com significado de visão de mundo, interdisciplinaridade , diferentes culturas, religiões, profissões...

Encerramos, assim, nossa jornada pedagógica e nossa carreira em 2006.